



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

Estudo Preliminar da Contratação

Processo nº 08201.001244/2019-73

ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Preliminar refere-se à contratação de serviços de fornecimento de exercício de proficiência de explosivos/resíduos de pós-explosão e medicamentos, para suprir as necessidades do Serviço de Perícias de Laboratório do Instituto Nacional de Criminalística (SEPLAB/DPER/INC/DITEC), no complexo da Polícia Federal situado no Setor Policial Sul, em Brasília/DF.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a necessidade da presente contratação, por tratarem-se de ensaios de proficiência para identificação de explosivos e produtos farmacêuticos. Ensaios de proficiência são amostras não identificadas preparadas e enviadas pela empresa contratada para que seja realizada a identificação correta dos explosivos e fármacos presentes nas mesmas. O objetivo é testar se as metodologias analíticas utilizadas pelo SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF são adequadas para a identificação de explosivos e fármacos em amostras questionadas.

2.2. Exames de proficiência são uma garantia da qualidade, precisão e exatidão dos métodos de detecção em laboratórios forenses. Tais exames são exigidos por organismos internacionais para a acreditação de laboratórios e fazem parte do Manual da Qualidade – Procedimentos Administrativos Laboratórios Forenses do Instituto Nacional de Criminalística.

2.3. Ensaios de Proficiência (EP) são estudos interlaboratoriais utilizados como ferramentas de avaliação externa e demonstração da confiabilidade dos resultados analíticos laboratoriais. Servem também para identificar falhas e possibilitar a tomada de ações corretivas ou preventivas, sendo um dos itens necessários para a acreditação de ensaios pela Norma NBR ISO/IEC 17025:2017.

2.4. A Direção da DITEC e do INC devem estar comprometidas com o desenvolvimento, implementação e melhoria contínua do SGQ e, portanto, os gestores deverão participar de, ou designar servidores para, revisão de gestão, auditorias internas, e distribuição e/ou análise de testes de proficiência e amostras de controle de qualidade.

2.5. Cada laboratório deve ter seu próprio controle da qualidade, com verificações interna e externa e participar de exames de proficiência ou exercícios interlaboratoriais.

2.6. Os Laboratórios Forenses devem possuir um plano de exames de proficiência para um horizonte de quatro anos. Anualmente, deve ser feito pelo menos um exame de proficiência, por laboratório, por classe de substâncias. Então, a fim de minimizar o custo do processo de contratação; a exigência na participação em ensaios consecutivos, para que o laboratório tenha seus dados analisados e validados pelo gestor do ensaio de proficiência; e com fulcro no princípio constitucional da economicidade e eficiência, optou-se pela contratação de testes de proficiência anuais, contrato que poderá ser prorrogado por 4 anos subsequentes.

2.7. Atualmente, os métodos de análises de explosivos e resíduos de pós-explosão e de produtos farmacêuticos estão no escopo da acreditação norma ABNT ISO/IEC 17025:2005.

2.8. Para isso, a participação em exames de proficiência é fundamental. O exame de proficiência selecionado para os resíduos de pós-explosão é o “Forensic Analysis for Explosives Proficiency Testing Scheme FAE”, oferecido pela LCG em parceria com a ENFSI (Rede Europeia de Institutos Científicos Forenses). Tal exame é recomendado pela FINEX (Rede Internacional de Investigação Forense de Explosivos) e é realizado pelos principais laboratórios do mundo, incluindo o BKA, FBI e o Forensic Science Institute Zurich, e é o único ensaio de proficiência de pós-explosão disponível no mundo.

2.9. E para produtos farmacêuticos, o exame de proficiência selecionados são as amostras 06A (Cromatografia Gasosa) e 06E (FT-IR), no Esquema Pharmassure, oferecido também pela LCG com exclusividade no país.

2.10. O objeto desta contratação é fornecido por uma única empresa no Brasil, que detém a exclusividade na prestação dos serviços. Dessa forma, em conformidade com o art.25 Inciso I da Lei 8.666 de 1.993, é inexigível a licitação por não haver viabilidade de competição, por se tratar de serviços que são fornecidos por representante comercial exclusivo, conforme a comprovação de exclusividade em anexo.

2.11. Diante de tal fato, se faz necessária a contratação do serviço fornecimento de ensaios de proficiência de explosivos e produtos farmacêuticos a serem detalhados, visando atender às necessidades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF.

3. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ORGÃO OU ENTIDADE

3.1. A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, conforme o item 9.4.4 do Anexo I da Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, abaixo transcrito:

9.4.4. Ação Estratégica: Gestão da Qualidade da Prova Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

3.2. A excelência na atuação também é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria Nº 142/2012-DITEC/DPF de 14 de agosto de 2012, que traz entre seus objetivos estratégicos:

- Apresentar excelência na qualidade da prova, melhorando continuamente a qualidade do Laudo Pericial, que depende de constante avaliação, acompanhamento e correção;
- A promoção da acreditação de ensaios periciais e a implementação de sistemas de gestão da qualidade nos laboratórios periciais.

4. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A necessidade de realização de ensaios de proficiência é uma exigência da norma ISO 17025 e está estabelecida na qual o laboratório do SEPLAB/DPER/INC/DITEC é acreditado.

4.2. A necessidade de ensaios de proficiência especificados nesse estudo encontram-se estabelecidos nos seguintes normativos e documentos do Sistema de Gestão da Qualidade:

- ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 - Requisitos Gerais para a Competência dos Laboratórios de Ensaio e de Calibração. ABNT;
- NIT-Dicla-030 - Rastreabilidade Metrológica na Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade e no Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das BPL. Revisão nº 10, de abril de 2018;
- DOQ-Cgcre-020-Definições de termos utilizados nos documentos relacionados à acreditação de laboratórios, produtores de materiais de referência e provedores de ensaios de proficiência. Inmetro. Revisão 7. Maio/2015.
- Manual da Qualidade da DITEC.
- POP-D-AGQL-15 Procedimento para Garantia da Qualidade dos Resultados.
- POP-I-SEPLAB-05 Garantia da Qualidade dos Resultados no SEPLAB/DPER/INC/DITEC.

5. CONTRATAÇÕES ANTERIORES

5.1. Para a elaboração do presente estudo preliminar foi examinado o seguinte contrato anterior mantido para a execução de ensaios de proficiência, de modo a identificar possíveis inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência:

- Contrato nº 22/2018-DITEC/PF (Processo nº 08201.001015/2017-97)

5.2. Da experiência obtida com a contratação anterior destacam-se os seguintes fatores que influenciam diretamente na execução adequada dos serviços:

- As datas de realização dos ensaios de proficiência não são fixas, a empresa fornecedora pode mudar as datas de um ano para o outro, o que gera a necessidade de uma contratação de serviço continuado;
- A contratação de serviço continuado, por até 60 (sessenta) meses, reduz o esforço das diversas áreas da DITEC/PF na celebração de novas contratações, otimizando os esforços;
- A empresa contratada, anteriormente, que possui exclusividade nos serviços de fornecimento de ensaios de proficiência, prestou serviços de forma satisfatória e de acordo com o Contrato estabelecido. Também por esse motivo, está sendo realizada a tentativa de contratação da mesma empresa, que detém exclusividade nos serviços a serem contratados.

6. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527 DE 18/11/2018

6.1. Público

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. De acordo com os tipos de serviços a serem executados, e levando-se em consideração as práticas de mercado, será exigida comprovação da contratada com a única empresa no Brasil, que detém a exclusividade de distribuição dos ensaios de proficiência objeto da contratação. Dessa forma, em conformidade com o art. 25 Inciso I da Lei 8.666 de 1.993, de que é inexigível a licitação por não haver viabilidade de competição, por se tratar de serviços que são fornecidos por representante comercial exclusivo, conforme a comprovação de exclusividade a ser anexada ao processo.

7.2. Além disso, a empresa deve enviar à contratante, anualmente, as datas dos ensaios de proficiência e eventuais mudanças nessas datas, bem como enviar os formulários para a formalização da participação em cada ensaio de proficiência.

7.3. A contratada deve garantir o envio das amostras nas datas estabelecidas pelo provedor dos ensaios de proficiência.

7.4. Cada um dos serviços a serem contratados serão fornecidos anualmente para que os laboratórios mantenham suas atividades adequadamente, e por isso possuem natureza continuada.

7.5. A contratada deve atestar que a empresa fornecedora, representada por ela no país, possui acreditação de acordo com os critérios da ABNT NBR ISO/IEC 17043, para ser provedora de ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos.

7.5.1. Em consulta ao site da *United Kingdom Accreditation Service (UKAS)*, organismo de acreditação do Reino Unido, comprovou-se que a empresa LGC Limited possui acreditação na norma ISO/IEC 17043 para ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos.

7.6. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

7.7. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências:

7.7.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

7.7.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

7.7.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

7.7.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

7.7.5. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.

7.7.6. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

7.7.7. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

7.8. Não há a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pois não essa atividade não é uma atividade finalística das unidades de criminalística, e nem há no quadro de pessoal do Departamento de Polícia Federal, cargos destinados à realização desse tipo de atividade.

7.9. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovações anuais até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

7.10. Ao final do contrato não será necessária a transição contratual, conforme Instrução Normativa nº 5/2017 – SESGE/MPDG, por não envolver o deslocamento de técnicos da empresa contratada.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

As estimativas foram realizadas conforme levantamento, considerando os dois grupos de analitos, que estão no escopo da acreditação do SEPLAB/DPER/INC/DITEC (resíduos de pós-explosão e produtos farmacêuticos), conforme listados na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Estimativas das quantidades dos serviços de teste de proficiência a serem contratados pela Diretoria Técnico-Científica.

Item	Qde anual	Descrição
1	1	Teste de Proficiência Interlaboratorial: Esquema Pharmassure: a) Amostra 06A;

		b) Formato de amostra dependerá tipo de teste: Amostra 6A - Cromatografia Gasosa (GC): Amostra e padrão de referência/Técnica: Cromatografia Gasosa (CG).
2	1	Teste de Proficiência Interlaboratorial: Esquema Pharmassure: c) Amostra 06E; d) Formato de amostra dependerá tipo de teste: Amostra 6E - FTIR: Amostra e padrão de referência/Técnica: IR/FTIR.
3	1	Teste de Proficiência Interlaboratorial: Esquema Forensic Analysis for Explosives: e) Kit de amostras: Explosivos para fins de identificação: I - Amostra ID1:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila; II - Amostra ID2:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

9.1. A exigência de que os laboratórios contratados sejam participantes da Rede Brasileira de Calibração – RBC é uma prática de mercado. Esses laboratórios são acreditados pelo INMETRO segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17025, garantindo assim que o laboratório possua as competências técnicas, capacidade operacional e credibilidade comprovadas para a realização de serviços de calibração.

9.2. A participação dos laboratórios em atividades de ensaio de proficiência é um dos mecanismos de controle da qualidade dos resultados previstos na NBR ISO/IEC 17025. Os benefícios advindos desta participação em ensaios de proficiência incluem:

- O laboratório participante dispõe de uma avaliação externa regular e independente da qualidade de seus resultados de ensaios;
- O laboratório pode comparar o seu desempenho com o de outros laboratórios semelhantes;
- Os dados obtidos servem de subsídio para a implementação de ações preventivas para melhoria dos procedimentos do laboratório;
- Alguns estudos podem fornecer informação sobre as características de desempenho de métodos analíticos;
- O laboratório pode obter do organizador do programa uma fonte de assessoria técnica e orientação sobre problemas analíticos e nos procedimentos de medição.

9.3. Dessa forma, foi realizada pesquisa de mercado na internet, em busca de fornecedores que possuam acreditação de acordo com os critérios da ABNT NBR ISO/IEC 17043, para ser provedora de ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos e somente a empresa LGC, representada no país pela empresa Carvalhaes, fornece ensaios de proficiência de explosivos e de medicamentos.

9.4. Também foi realizada pesquisa no site do Inmetro (http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/acred_prod_ep.asp), que lista os laboratórios nacionais provedores de Ensaios de Proficiência Acreditados no país, porém nenhum deles fornece ensaios de proficiência de explosivos e de medicamentos.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS

10.1. Os preços foram obtidos junto ao fabricante, conforme mostrado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Estimativas dos preços dos serviços de ensaios de proficiência a serem contratados pela Diretoria Técnico-Científica.

Item	Código	Descrição	Código CAMAT	Unid	Qtde	Total (R\$)
01	LGCPT-PHAM06A	Teste de Proficiência Interlaboratorial: <ul style="list-style-type: none"> • Esquema Pharmassure; • Amostra 06A; • Formato de amostra dependerá tipo de teste: Amostra 6A - Cromatografia Gasosa (GC): Amostra e padrão de referência / Técnica: GC. Marca: LGC	19127	Serviço	1	3.972,15

02	LGCPT-PHAM06E	<p>Teste de Proficiência Interlaboratorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esquema Pharmassure; • Amostra 06E; • Formato de amostra dependerá tipo de teste: <p>Amostra 6E - FT-IR: Amostra e padrão de referência / Técnica: FT-IR; Marca: LGC</p>	19127	Serviço	1	3.972,15
03	LGCPT-FAEAMID1/ID2	<p>Teste de Proficiência Interlaboratorial: - Esquema Forensic Analysis for Explosives;- Amostra: Explosivo para fins de identificação;Amostra ID1:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila;- Principal Analito: An explosive analyte for identification purposes;Amostra ID2:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila;- Principal Analito: An explosive analyte for identification purposes. Marca: LGC</p>	19127	Serviço	1	10.929,08
						18.873,38

10.2. A empresa comprovou que está aplicando preços de mercado ao apresentar notas fiscais de fornecimento dos mesmos serviços anteriormente e declaração de composição de preços daquele serviço, que ainda não foi fornecido em território nacional.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. A fornecedora deve informar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias a data em que os kits com as amostras serão entregues.

11.2. As fornecedora enviará ao contratante, por e-mail, formulário de inscrição a ser preenchido com as informações sobre o SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF, para formalizar a sua participação no Ensaio de Proficiência (EP), já que são ensaios com participação de laboratórios de todo o mundo. O formulário preenchido e assinado pelo contratante deve ser enviado a contratada, que será responsável pelo seu envio à provedora do EP.

11.3. A fornecedora deve realizar a entrega de 01 (um) kit para cada tipo de ensaio de proficiência, uma vez ao ano, no seguinte endereço de entrega dos produtos é: INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA/SEPLAB, endereço: SPO Quadra 7 Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF - CEP: 70610-200, de segunda a sexta em horário comercial.

11.4. A contratada deve garantir a entrega dos kits dentro do prazo estipulado pela provedora do EP e em tempo hábil para permitir as análises das amostras e envio dos resultados.

11.5. A fornecedora deve disponibilizar as instruções de uso do material relativo ao EP e informações detalhadas para subsidiar a realização do EP, contendo a lista de substâncias, que possivelmente estejam presentes nas amostras.

11.6. A fornecedora deve disponibilizar endereço eletrônico e acesso ao Portal na internet, onde deve ser preenchido o formulário com os resultados das análises das amostras do EP, realizados pelos Peritos Criminais Federais do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF.

11.7. Cada participante será identificado por código individual que será conhecido somente pelo próprio participante, e pela fornecedora. O contratante receberá o seu código de identificação correspondente à sua participação no EP. Este código deverá ser utilizado como identificação do participante no preenchimento do formulário de registro de resultados. Os resultados poderão ser utilizados em trabalhos e publicações pelo Inmetro respeitando-se a confidencialidade.

11.8. Ao final deste EP, será fornecido relatório final com os resultados dos participantes e certificado de participação no EP. Este certificado conterá o código de identificação do participante.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se:

- a manutenção da acreditação do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF na norma ISO/IEC 17025, obtida em setembro de 2014, com grande investimento de esforço e de tempo dos recursos

- humanos envolvidos no processo;
- garantir maior confiabilidade nos resultados obtidos nas medições realizadas nas balanças de todas as unidades de Criminalística da Polícia Federal de forma a melhorar a qualidade dos Laudos de Perícia Criminal;
 - atestar a competência e capacidade técnica dos Peritos Criminais Federais responsáveis pelos ensaios de proficiência, na execução de análises rotineiras de explosivos/resíduos de pós-explosão e medicamentos.

13. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1. Não são necessárias adequações ao ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos, já que as instalações físicas estão adequadas à prestação de serviços e não é necessária a capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado, visto que os fiscais serão os mesmos das contratações anteriores.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE CONTRATAÇÃO

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.

Lucio Paulo Lima Logrado
Integrante Técnico
Matrícula 14.768

Diana Brito da Justa Neves
Integrante Técnico
Matrícula 15.975

Élvio Dias Botelho
Integrante Requisitante
Matrícula 9.513



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 19/12/2019, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12968257** e o código CRC **16FF84EC**.